



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

TRIBUNAL PLENO DE 31/05/23

ITEM Nº04

**EXAME PRÉVIO DE EDITAL
MUNICIPAL**

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Processo: **TC-010316.989.23-5** (ref. TC-001989.989.23-1 e TC-001994.989.23-4)

Recorrente: **Prefeitura de São José do Rio Preto.**

Objeto: Pedido de Reconsideração interposto em face do v. Acórdão de competência originária do Egrégio Tribunal Pleno que julgou parcialmente procedentes as representações formuladas por Pavimenta Asfaltos Ltda. e A. Fácil Massa Asfáltica Ltda. impugnando o edital de Pregão Eletrônico nº 57/2023, da Prefeitura de São José do Rio Preto, que almeja o "*registro de preços para aquisição de massa asfáltica C.B.U.Q (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) para aplicação a frio (massa ensacada) para execução das alterações de características de pavimento em vias públicas*".

Advogado: Luís Roberto Thiesi (OAB/SP nº 146.769).

EMENTA: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. EXAME PRÉVIO DE EDITAL. PREGÃO ELETRÔNICO. REGISTRO DE PREÇOS COM VISTAS À EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA CBUQ PARA APLICAÇÃO A FRIO. EXIGÊNCIA DE LAUDOS E ENSAIOS LABORATORIAIS INCOMPATÍVEIS COM O



OBJETO. ESTIPULAÇÃO DE PERCENTUAIS DE REFERÊNCIA DESTOANTES DAS PRESCRIÇÕES NORMATIVAS. REITERAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DEFESA SUSCITADOS NA INSTRUÇÃO ORIGINÁRIA. PROVIMENTO NEGADO.

RELATÓRIO

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO interpõe PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO em face de v. aresto do Egrégio Plenário que, em 22 de março de 2023, decidiu pela procedência parcial das Representações formuladas por PAVIMENTA ASFALTOS LTDA. e A. FÁCIL MASSA ASFÁLTICA LTDA., impugnando o edital de Pregão Eletrônico nº 57/2023, que almeja o *“registro de preços para aquisição de massa asfáltica C.B.U.Q (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) para aplicação a frio (massa ensacada) para execução das alterações de características de pavimento em vias públicas”*, objeto dos TC-001989.989.23-1 e TC-001994.989.23-4⁽¹⁾.

Em síntese, aduz que a exclusão de exigências relacionadas à apresentação de laudos e ensaios laboratoriais complementares importará na aceitação de produtos de baixa qualidade, em prejuízo à eficiência no gasto público.

Colige manifestação da Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Segurança dando conta de que a inexistência de regulamentação específica dos parâmetros de aceitabilidade de CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente) para aplicação a frio não afasta

(1) Determinando-se à Prefeitura de São José do Rio Preto que, caso deseje prosseguir com o certame, suprima a exigência de laudos e ensaios laboratoriais alheios ao objeto, sem descuidar da estipulação de patamares e especificações consentâneas ao que preceitua a legislação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

possibilidade de exame do teor de umidade ou imposição de Prova Marshall, eis que a densidade do material interfere tanto no peso sobre as tubulações de galerias, quanto no consumo por área quadrada.

Já a avaliação do teor de betume, a seu ver, garante maior durabilidade, enquanto a requisição de testes adicionais à certificação compulsória prevista na Resolução nº 897/2022, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), mitigaria o risco de adulteração dos insumos.

Postula a reforma do v. Acórdão, a fim de que seja decretada a improcedência dos reclamos, com consequente preservação do instrumento convocatório em sua redação original.

Sem divisar informações capazes de alterar posicionamento externado à época da instrução de primeira instância, **Assessoria Técnico-Jurídica** especializada em **Engenharia** opina pelo desprovimento do apelo (evento 25.1), ao que acompanha **Ministério Público** (evento 29.1).

É o relatório.

GCECR
IDR



TC-010316.989.23-5

VOTO

PRELIMINAR

Pedido de Reconsideração interposto tempestivamente, por parte legítima e com interesse processual, dele **conheço⁽²⁾**.

MÉRITO

Razões articuladas pela Prefeitura de São José do Rio Preto, adstritas à reiteração dos elementos de defesa suscitados na instrução originária, não autorizam modificação do encaminhamento dado às questões de fundo discutidas nos autos dos TC-001989.989.23-1 e TC-001994.989.23-4.

À ocasião do julgamento da matéria, estabeleceu-se que os limites do teste de umidade carecem de lastro regulamentar, eis que inaplicáveis as orientações contidas na NBR 6457:2016, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Percuciente análise técnica empreendida por ATJ-Engenharia também demonstrou que o objeto em destaque não comporta requisição de Prova Marshall, ao passo que a apuração do teor de betume demanda adequação dos parâmetros referenciais, em homenagem aos primados da ampla competição.

⁽²⁾ Acórdão publicado no DOTCESP em 17 de abril de 2023. Recurso protocolizado em 08 de maio de 2023, em nome da Prefeitura representada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

A despeito da louvável preocupação com a qualidade dos bens, há muito prepondera neste Tribunal o entendimento de que, em licitações voltadas à aquisição de produtos submetidos à certificação compulsória, a exigência de ensaios laboratoriais complementares traduz possível restrição à disputa.

No contexto em que a comercialização de Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP) pressupõe homologação pela ANP, sequer o fortalecimento das medidas de resguardo à boa procedência dos insumos justifica a inclusão de quesitos que favorecem a constrição do universo concorrencial.

Ante o exposto, na companhia de ATJ e MPC, meu VOTO **nega provimento** ao Pedido de Reconsideração, mantida a r. decisão de primeira instância.

GCECR
IDR